

53. Fusão do Banco de Investimento Imobiliário S.A. no Banco Comercial Português, S.A.

No decorrer do mês de setembro de 2019, o Conselho de Administração do Banco Comercial Português, S.A. e do Banco de Investimento Imobiliário, S.A. (BII) aprovaram o projeto de fusão do BII, uma subsidiária detida a 100% pelo Banco Comercial Português, S.A., por incorporação neste último. O processo de fusão por incorporação do BII no BCP ficou concluído em 30 de dezembro de 2019, após a celebração da escritura de fusão, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019.

De acordo com a carta CRI/2020/00001411-G do Banco de Portugal de 04/02/2020, foi procedido o averbamento ao registo de fusão por incorporação, do Banco Investimento Imobiliário S.A., no Banco Comercial Português, S.A., com efeitos a partir de 30 de dezembro de 2019.

Face aos valores apresentados no quadro abaixo relativo ao Balanço do Banco Comercial Português, S.A. após a fusão, não foi necessária a realização de um aumento de capital para cumprimentos dos rácios regulamentares.

Motivo e objetivos da fusão

As sociedades Banco Comercial Português, S.A. (BCP) e Banco de Investimento Imobiliário, S.A. (BII) procederam a uma operação de reestruturação e concentração que envolveu a fusão mediante transferência global do património do BII para o BCP, com consequente extinção da Sociedade incorporada, nos termos do nº 1 e da alínea a) do nº 4 do artigo 97º e nos termos do artigo 116º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

As atividades do BII foram integradas com a restante atividade do Banco, aproximando os respetivos modelos de atuação, sem que tal represente um aumento de custos para o Banco, uma vez que as operações de *back-office* para a rede de distribuição doméstica encontravam-se já integradas no Banco, beneficiando de economias de escala.

O BCP prosseguirá as atividades desenvolvidas pelo BII, potenciando este ato uma oportunidade de desenvolvimento do negócio e captura de sinergias (de custos e proveitos).

Com a fusão pretende-se fazer prevalecer um modelo integrado, segundo o qual o negócio bancário em Portugal será desenvolvido primordialmente a partir do BCP, sem prejuízo da manutenção do modelo de gestão orientado para as diferentes atividades agrupadas em Unidades de Negócio organicamente integradas neste Banco.

As Atividades da Sociedade Incorporada e a sua integração na Sociedade Incorporante

Como resultado da incorporação, o BCP prosseguirá as atividades correntemente levadas a cabo pelo BII.

Até 2006, o BII concentrou, maioritariamente, o negócio de Leasing Imobiliário e crédito imobiliário e a promoção imobiliária do Grupo. A partir de 2006 o negócio passou a ser promovido diretamente pelo BCP, limitando-se o BII a gerir a carteira que detinha à data, o que tem vindo a fazer totalmente apoiado nas estruturas do próprio BCP.

Como resultado da incorporação, o BCP prosseguirá as atividades correntemente levadas a cabo pelo BII.

Os balanços em seguida transcritos correspondem aos balanços relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Deles constam os valores dos elementos do ativo e do passivo a transferir para o BCP:

	(Milhares de euros)				
	BCP SA (31 dezembro 2018)	BII SA (31 dezembro 2018)	Saldos intragruppo	Reserva de fusão	BCP SA após fusão (1 janeiro 2019)
ATIVO					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.682.922	—	—	—	1.682.922
Disponibilidades em outras instituições de crédito	186.477	157.387	(157.387)	—	186.477
Ativos financeiros ao custo amortizado					
Aplicações em instituições de crédito	2.044.730	17.260	(1.558.468)	—	503.522
Crédito a clientes	30.988.338	1.133.353	—	—	32.121.691
Títulos de dívida	2.641.291	—	—	—	2.641.291
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados					
Ativos financeiros detidos para negociação	695.752	—	(17.792)	—	677.960
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	1.589.899	1.846	—	—	1.591.745
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	33.034	—	—	—	33.034
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral					
Derivados de cobertura	6.996.892	1.818.421	—	—	8.815.313
Investimentos em subsidiárias e associadas	92.891	—	—	—	92.891
Ativos não correntes detidos para venda	3.147.973	—	—	(209.531)	2.938.442
Outros ativos tangíveis	1.252.654	118.422	—	—	1.371.076
Outros ativos intangíveis	220.171	—	—	—	220.171
Ativos intangíveis	29.683	—	—	—	29.683
Ativos por impostos correntes	18.375	—	—	—	18.375
Ativos por impostos diferidos	2.782.536	53.843	—	—	2.836.379
Outros ativos	946.548	8.241	(27.100)	—	927.689
TOTAL DO ATIVO	55.350.166	3.308.773	(1.760.747)	(209.531)	56.688.661
PASSIVO					
Passivos financeiros ao custo amortizado					
Recursos de instituições de crédito	8.372.537	2.916.606	(1.680.845)	—	9.608.298
Recursos de clientes e outros empréstimos	34.217.917	1	—	—	34.217.918
Títulos de dívida não subordinada emitidos	1.198.767	—	—	—	1.198.767
Passivos subordinados	825.624	35.010	(35.010)	—	825.624
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados					
Passivos financeiros detidos para negociação	295.695	34	(34)	—	295.695
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	3.603.648	—	—	—	3.603.648
Derivados de cobertura	68.486	17.758	(17.758)	—	68.486
Provisões	313.868	17.395	—	—	331.263
Passivos por impostos correntes	1.620	1.349	—	—	2.969
Outros passivos	860.841	23.349	(27.100)	—	857.090
TOTAL DO PASSIVO	49.759.003	3.011.502	(1.760.747)	—	51.009.758
CAPITAIS PRÓPRIOS					
Capital	4.725.000	17.500	—	(17.500)	4.725.000
Prémio de emissão	16.471	—	—	—	16.471
Outros instrumentos de capital	2.922	—	—	—	2.922
Reservas legais e estatutárias	264.608	14.822	—	(14.822)	264.608
Reserva de fusão	—	—	—	63.901	63.901
Reservas de justo valor relativo à fusão (*)	—	—	—	23.839	23.839
Reservas e resultados acumulados	582.162	264.949	—	(264.949)	582.162
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	5.591.163	297.271	—	(209.531)	5.678.903
TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	55.350.166	3.308.773	(1.760.747)	(209.531)	56.688.661

(*) O valor apurado corresponde às reservas de justo valor dos títulos registados no Banco Investimento Imobiliário, S.A. à data de 31 de dezembro de 2018 e das reservas de justo valor relativas a transações de títulos anteriores a 31 dezembro de 2018 efetuadas entre as duas entidades.